



Mário Soares apresentou o programa eleitoral e de Governo do seu Partido, propondo uma política de reformas sociais «na estabilidade e na paz»

## Soares apresentou manifesto e programa eleitoral

# Governo socialista liberalizará salários e combaterá desemprego

Mário Soares apresentou ontem ao País o manifesto eleitoral do seu partido e o programa de Governo socialista, que constitui uma adaptação a um espaço de dez meses da «Proposta PS para os anos 80» que havia sido aprovada no III Congresso. Fundamentalmente, o PS bate-se, a nível governamental, pela progressão do nível da vida da população («somos pela revogação do tecto salarial», afirmou Soares, isto é, o PS propõe a liberalização dos salários como forma de luta contra o aumento do custo de vida); pelo diálogo com os parceiros sociais, designadamente sindicatos e comissões de trabalhadores; pela actualização das pensões de reforma, de velhice e dos deficientes («prioridade absoluta de um Governo socialista»); pela redução dos impostos sobre o rendimento pessoal (impostos profissional e complementar); e, finalmente, pela aceleração do ritmo de expansão da economia portuguesa, tendo em vista a redução do desemprego. Uma síntese do programa de Governo poderá encontrar o leitor na página 12 desta nossa edição.

O secretário-geral do Partido Socialista interrompeu uma sessão de trabalhos reservada a candidatos e a quadros para receber os jornalistas, aos quais apresentou alguns textos do seu partido para a campanha eleitoral e diverso material de propaganda que só começará a ser distribuído no dia onze, pois, sublinhou, «o PS respeita a legislação eleitoral e não começa a campanha antes de tempo».

Mário Soares enumerou aqueles que são, segundo o seu ponto de vista, os grandes problemas nacionais: carestia de vida, desemprego, carência de habitações, saúde e problemas específicos dos estratos sociais mais desfavorecidos: pessoas idosas e reformados.

O líder socialista recordou as principais realizações dos dois Governos de base PS: «recuperação financeira, que permite que hoje se encare a crise com um optimismo que não era possível em 1976»; «medidas de austeridade sem prejuízo da adopção de algumas iniciativas com profundo alcance social»; reorganização dos circuitos económicos e restabelecimento da confiança.

### Política antiblocos

Contra as tentativas de bipolarização radicalizadora, Mário Soares aponta a «mudança na

paz social». Denunciando o liberalismo selvagem do chamado «bloco conservador-monárquico», ao mesmo tempo que a alegada incapacidade do PCP para apresentar «um programa válido que resolva os problemas económicos da sociedade portuguesa», o líder socialista propõe a «consolidação do nosso sistema económico e social», recusa o catastrofismo dos que pretendem destruir o regime democrático, insiste, enfim, numa política de desenvolvimento e modernização do País e no processo de integração europeia.

«Uma das grandes mistificações da direita portuguesa é a de atribuir todos os problemas que o País enfrenta ao 25 de Abril, quando é sabido que sem a Revolução Portugal estaria hoje numa situação bem pior do que a actual — acrescentou Soares. — A direita — prosseguiu — esteve no Poder mais de 40 anos, ainda se encontra hoje no Poder nas regiões autónomas e esteve também no Governo com Mota Pinto». E logo a seguir: «Mas é preciso que se diga que Mota Pinto, com a sua política, foi quem mais fez da propaganda do Partido Socialista». Noutras palavras: «A direita não procura resolver os problemas do Povo português, apenas procura satisfazer as suas cleintelas». Exemplos: «A reprivatização da Banca, as indemnizações sem critério aos grandes accionistas de outrora, o retorno das terras aos latifundiá-

rios». Alternativas para o Governo da «AD»? Soares demarcou-lhe os contrários: «O PCP não pode aspirar a constituir uma alternativa válida para a sociedade portuguesa, apenas tende a explorar o descontentamento popular; por seu turno a proposta do bloco conservador-monárquico, por muito bem referiu António Rebelo de Sousa, não difere da proposta de Kaulza de Arriaga». A concluir: «A alternativa é o voto no PS, é o desvio para o PS do voto útil de todos aqueles que pretendem de facto barrar o caminho à direita».

Soares reafirmou que o Governo socialista lançará de imediato o Serviço Nacional de Saúde em três distritos: desenvolverá medidas tendentes à dinamização do sector da construção civil e da produção de habitações sociais; e, no domínio da política externa, relançará o projecto de adesão à Comunidade Económica Europeia, «que sofreu uma evidente desaceleração, desde que o PS abandonou o Poder».

O PS propõe-se também lançar as bases para um plano económico de médio-prazo, cuja falta se tem feito sentir à escala nacional. Esse plano, frisou o líder socialista, manterá o sistema de coexistência concorrencial entre os sectores público, privado e cooperativo, e visará a descentralização e o reordenamento do território.

### Estabilidade e reformas sociais

Numa breve análise preliminar, resulta evidente o propósito do PS de ocupar todo o espaço político que se estende da esquerda não-comunista à direita liberal, propósito facilitado pelo deslize contínuo do partido de Sá Carneiro para a direita. A este nível, a «Aliança Democrática», que poderia constituir, à primeira vista, uma ameaça efectiva à estratégia política do PS, é susceptível de facilitar esta implantação dos socialistas junto de estratos sociais da pequena e média-burguesia democráticas, que rejeitam o autoritarismo do projecto comunista e a agressividade da direita.



Artur Portela

## Os bules dogues



# A vingança dos sacristães

Maria de Lurdes Pintasilgo é uma oportunidade perdida pelos católicos portugueses.

Não que esta mulher, que é católica, seja chefe de um governo católico. Não o permitiria a Constituição, não o permite o compromisso que assumiu. Nem que esta mulher, enquanto governante, dispusesse largamente de poder e de tempo. Mas porque, ainda assim, nunca como esta mulher lúcida e corajosa os católicos portugueses tiveram a oportunidade de se identificar, e de apoiar, uma abordagem tão ao mesmo tempo discreta e vivamente cristã do poder, uma sensibilidade e uma prática governativas tão sintonizadas com a Igreja moderna, renovada e em renovação. Nunca como com esta mulher o catolicismo assumiu, neste país, este dever de si e do mundo. Nunca como com esta mulher o catolicismo esteve prestes a tocar, neste país, a imaginação da coragem.

Dir-se-ia que a opinião católica só podia aproveitar este rosto franco, este discurso político tremendamente novo, explosivamente humano na sua simplicidade, este respeito pela inteligência dos outros, este discurso político desprendido do provincianismo, do paroquianismo, aberto ao mundo, competentemente, profissionalmente, aberto ao mundo.

Dir-se-ia que este discurso, que parece vir de outro planeta mas que vem apenas de uma forma humana de ser governante, de uma recusa de converter o poder numa profissão, de uma forma mais alargada e moderna de ser cidadã do mundo, sendo cristã, só podia desencadear um diálogo renovador entre os católicos e o seu país, entre os católicos e a sua Igreja, entre o país e a parte que tem de consciência ou, pelo menos, de sensibilidade cristã.

E, no entanto, sectores destacados da opinião católica portuguesa voltaram as costas a esta mulher, ao governo desta mulher. Sob a alegação, tantas vezes por esta mesma Igreja torneada no passado, tantas vezes por ela sofismada, de que a Igreja e o poder político não se encontram.

Reconhecem nesta mulher, não o adversário oficial, exterior, visível, mas o adversário que vem de dentro. É a fecundidade da subversão cristã. Não já no exemplo dramático e distante de um bispo sul-americano. Não já na voz jovem deste ou daquele sacerdote. Mas na audácia, no escândalo, de um cristianismo renovado e renovador exercendo, inesperadamente, sem a sua autorização, hoje e aqui, o poder político, por limitado que seja esse poder político.

Com eles, Cristo será poder, sim, mas sob outro rosto. Não o rosto exigente e dramático do Cristo vivo, mas o rosto luzidio do sacristão político, do notário de Deus, do administrativista

da Fé. Será a velha e tão comprometida, tão desacreditada, tentativa de adjectivar de cristão um partido político, um poder, um establishment. De burocratizar Deus. De profissionalizar administrativamente Cristo. De conservar, sob o seu manto, uma classe inconsútil.

Sabe-se o que é a democracia-cristã italiana, e sabe-se quanto a Igreja ela própria já hoje se demarca desse compromisso absurdo e incómodo, dessa ambigüidade. Desse Cristo comendador, notável, onorevole, desse Cristo condecorado, que faz Fiats e cinema.

Que interessa que, em Portugal, os Andreotti, os Fanfani, tenham 40 anos? É óbvio que eles são, como em Itália, funcionários da sua classe. E que, tendo o interesse europeu da classe, desenvolvimentista e aparentemente desinibido, têm na verdade medo do mundo. São os provincianos da Europa. São os egoístas da riqueza, os murados da NATO. A Europa não é para eles uma pátria, nem humana nem cultural, é uma classe social. Um fortim. É por isso que eles a contrapõem ao mundo. É por isso que eles temem o diálogo Norte-Sul. É por isso que eles temem a ideia própria da solidariedade com os países não-alinhados. É por isso que eles temem a dialéctica desse diálogo, a interacção explosiva desse diálogo, os riscos do humanismo cristão. O mundo é, para eles, o cerco dos pobres. Uma ameaça directa ao conforto desse retrato de classe que são as democracias de tipo ocidental.

Que têm eles a ver com a coragem católica de ser mundo, com o universalismo cristão, com a obrigação dos fracos, dos subdesenvolvidos, dos oprimidos? Com a coragem portuguesa de, sendo naturalmente europeus, o sermos sem o egoísmo europeu? Com a coragem portuguesa de sermos outra vez mundo? E de reconhecermos que é no mundo que se travam as nossas próprias batalhas?

É por isso que esses sectores não se reconhecem nesta mulher. E não apenas não se reconhecem na exigência e na dimensão do seu projecto, na sua transparência, na sua boa-fé, na angústia da sua generosidade encurralada nos limites deste governo. Vão mais longe. Hostilizam-na. Cobrem-na de suspeitas, de calúnias, de opróbrio. Alinham com os seus adversários, acreditam nas insinuações desses adversários, riem com as suas caricaturas. São eles próprios os adversários mais directos desta mulher.

Temem-na. Não imediatamente a ela, que não lhes quer roubar o lugar político, a profissão política, como eles o ocupam, e a desempenham. Mas aquilo que ela representa, ao impacto inevitável de renovação e ao choque de qualidade e de profissionalismo que essa renovação já traz. Ao sopro que vem já das grandes

organizações internacionais, que se estrutura, se pragmatiza, se viabiliza. Ao sopro que vem da própria Igreja. A tudo aquilo de que esta mulher é, inquietantemente, vanguarda.

É importante verificar que forças se lançam contra o que esta mulher representa e com que linguagem o fazem e que processos usam. É importante verificar que essas forças são aquelas que reclamam o voto cristão, que se reclamam oficialmente de Cristo. O ataque que fazem a esta mulher, as motivações que esse ataque encerra, as formas que reveste, os excessos a que chega, têm pelo menos, no imediato, uma vantagem. São uma sinalização moral e, se quiserem, eleitoral, para os homens e mulheres de boa-vontade em geral e para os cristãos em especial.

Tudo isto que significa? Significa, em primeiro lugar, que é a classe quem mais ordena. Que nesses sectores destacados da opinião católica portuguesa é a classe quem mais ordena. Que Cristo vem depois. E que se acatele.

Significa, em segundo lugar, que o catolicismo não é solidariedade que basta, que os católicos são uma nação dividida, que a linha de combate passa pelo meio do povo cristão. Que não há um voto cristão oficial, que não pode haver um voto cristão oficial. Que esse adjectivo, em política, é um abuso.

Significa, em terceiro lugar, que a Igreja moderna ainda não chegou a Portugal. Ou custa a chegar.

Cristo contra Cristo? Ou simplesmente o passado contra o futuro?

Maria de Lurdes Pintasilgo, será, talvez, uma oportunidade perdida, voluntariamente perdida, cuidadosamente perdida, por esses sectores católicos portugueses.

Mas não o é, nem para os católicos que lutam por uma presença de Cristo na Terra, por uma Igreja moderna e viva, e são muitos neste país, nem para todos aqueles que, não sendo, como nós não somos, nem católicos, nem cristãos, nem sequer religiosos, lutamos por muitas das coisas pelas quais luta esse Cristo vivo, essa Igreja viva.

Parece-nos que Cristo só muito dificilmente se poderá reconhecer em alguns cristãos, e que talvez se reconheça em muitos agnósticos. Se o cristianismo é um dos nomes da transformação da sociedade e da libertação do homem é um belo nome. Mas há outros nomes.

Esta mulher, que ninguém apoia, que muitos atacam, e que os que não atacam quando muito não desapoiam, merece, pela sua qualidade, pela sua dignidade, pela sua alegria cristã, pelo seu optimismo inexoravelmente histórico, pela sua coragem humana, uma homenagem dos desobrigados das disciplinas partidárias.

Esta é.